

**37° ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**

**ST 32 – Teoria e Prática das Relações Sul-Sul**

**Entre o Norte e o Sul: a América Central na periferia do sistema  
internacional**

**Juliana Vitorino**, graduada em Relações Internacionais, mestre e doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco. Bolsista Capes.

**Aleksander Aguilar**, graduado em Comunicação Social, licenciado em Letras, mestre em Estudos Internacionais e doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco. Bolsista Capes.

## 1. APRESENTAÇÃO

A região que se entende como América Latina mobiliza nessas primeiras décadas do século XXI diversos e poderosos interesses econômicos, políticos e, inclusive, ou por isso mesmo, grande atenção da pesquisa acadêmica. Mas a América Central em particular, embora geopoliticamente inscrita nesse contexto, situa-se num lugar periférico tanto do sistema internacional como do interesse das ciências sociais. Paradoxalmente, ela está encravada com virtual desdém entre o hegemônico Norte e o promissor Sul do vasto continente americano.

Trata-se, porém, de uma região marcada por uma alta complexidade histórica e difusos processos contemporâneos de relações sociopolíticas. A América Central, de povos cujas raízes culturais diversas e profundas remontam às civilizações pré-colombianas Maias, foi singularmente afetada pelo encontro colonial e é particularmente abalizada por recentes processos de ingerências políticas externas que a levaram a ser caracterizada como um espaço de convulsão social.

A realidade sociopolítica da América Central hoje debate-se: entre a consolidação da sua condição neocolonial, através dos modelos hegemônicos de desenvolvimento ainda capitaneados por uma agenda geopolítica agressiva dos Estados Unidos, de corte neoliberal com um assimétrico livre comércio e uma ampla abertura a investimentos estrangeiros diretos; e entre a tendência expressa em projetos não-hegemônicos que buscam a construção de uma nova arquitetura de integração baseada na complementaridade entre os países latino-americanos, onde pode-se situar os impulsos do Brasil – com suas políticas de “liderança sem hegemonia” e de cooperação sul-sul aos centro-americanos ampliadas nos últimos anos – e da Venezuela, com os programas da *Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América (ALBA)*, em especial a iniciativa Petrocaribe. Nunca, desde a sua independência da Espanha (1821) e da posterior configuração dos atuais Estados nacionais (1824), a América Central teve que enfrentar uma necessidade tão marcada de seguir por entre diferentes padrões de crescimento e de desenvolvimento para buscar sua inserção e adaptação no processo de globalização.

A chamada América Central, o pequeno istmo geográfico que o poeta Pablo Neruda (2002, p. 204) denominou “*la dulce cintura de América*”, é conformado por sete Estados – (Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá) com menos de 50 milhões de habitantes em pouco mais de 500 mil km<sup>2</sup> (o Brasil sozinho tem mais de oito milhões de km<sup>2</sup>). Cerca 47% dos centro-americanos vivem em condição de pobreza e 18.6% em pobreza extrema. Mais de quatro milhões de centro-americanos e descendentes moram fora do istmo, especialmente nos Estados Unidos. Ditos emigrantes enviam anualmente mais de US\$ 12,5 bilhões aos seus familiares nos países de origem da região. (ÁVILA, 2010).

O que se verifica, historicamente, não são apenas economias vulneráveis, mas Estados desmantelados que vêm perdendo, progressivamente, a capacidade de conduzir, de maneira autônoma, suas políticas, ratificando seu status periférico no capitalismo. E posicionar contemporaneamente essa região geopolítica no sistema internacional é, hoje, revisitar o lugar reiteradamente marginal que ocupa nas relações de poder mundial, inalterado mesmo no atual contexto em que a hegemonia sistêmica é questionada.

Mesmo depois de findados os conflitos armados naquela porção da América, o entendimento principal sobre o istmo segue sendo o de uma região conturbada e que passou por grave crise bélica nos anos 1980. O mesmo contexto de desordem mundial que acometeu o sistema internacional pós-Guerra Fria também chegou à América Central, mas o baixo interesse na região faz a academia ainda construir análises que enquadram o istmo no findado contexto bipolar, contribuindo para a reafirmação de um conhecimento, por vezes, já ultrapassado.

Em âmbito mundial, a região centro-americana foi foco de atenção de uma geração de acadêmicos concentrados em problemas relacionados principalmente com as causas e consequências dos conflitos armados e dos desafios da transição à democracia. Hoje, contudo, para os centro-americanistas, existem diferentes interesses sociopolíticos na região que perpassam velhos desafios e novos problemas e configuram o retrato de uma zona balcanizada, assediada pelos interesses das grandes potências e ameaçada por graves perigos como: migrações, violência, narcotráfico e crime organizado transnacional, memória histórica, mudança climática, exploração predatória da natureza, conflitos no

espaço urbano e novas relações internacionais. Tal quadro motiva um maior debate sobre o estado atual da pesquisa sobre a América Central, sobre os problemas, teorias, métodos e respostas que podemos ter diante da conjuntura da região mais de duas décadas dos acordos de paz, determinantes nas identidades dos países que a conformam.

Seis elementos da história social, econômica e geopolítica centro-americana, vinculados ao desenvolvimento histórico do capitalismo, permitem, para o pesquisador costarricense, Andrés Mora Martínez (2012), que sejam mais bem observadas as problemáticas do istmo cujas raízes tendem a ser invisibilizadas nos debates contemporâneos. São eles: - a herança das formas de dominação colonial espanhola no campo político-cultural, - os interesses das grandes potências imperialistas na posição estratégica do continente (Reino Unido no século XIX, e Estados Unidos do final do século XIX até início do século XX) que levou o istmo a sofrer diversas ingerências externas; - a tensão entre as classes governantes e os movimentos populares que foi chave nos processos de construção de identidades e de formas específicas da cultura política na América Central; - o poder concentrado de famílias e grupos econômicos como um dos principais vínculos da aliança com o capital transnacional e o imperialismo; - democracia de facto, uma “*forma degradada, espúria y deslegitimada de organización de la política, la economía y la cultura que se va perfilando a partir de la década de 1990*” (Martínez 2012); - e os altos índices de violência e criminalidade, a debilidade das instituições políticas permeadas pelos cartéis do narcotráfico e do crime organizado.

Em nossa contribuição, optamos em fundamentar a eleição por quatro características gerais da América Central contemporânea periférica, que serão descritos a seguir, a uma relação aborígine da região, a cosmologia Maya expressa no *Popol Vuh*. Esta obra é um dos mais importantes documentos da literatura oral pré-hispânica e manifesta, particularmente, a visão ancestral do homem, da sociedade e do mundo dos grupos maya-quichés, um das mais poderosas nações da região no período do Novo Império Maya (900dc – 1400dc). É parte, juntamente com os livros de *Chilam Balam* dos mayas-yucatecos, de uma essencial literatura indígena pré-colombiana dos povos originais que habitavam as regiões que hoje chamamos Mesomérica que ainda precisa ser conhecida e assumida pelos latino-americanos.

Tratava-se de uma escrita permeada por uma visão mito-mágica que atravessa todas as esferas do cotidiano dos indígenas num mundo de signos de grande complexidade, expressos nos chamados códigos (longas tiras de papel entre 2m e 6m de comprimento e 20 cm de largura feitos de agave ou de couro de veado) que, investigados hoje, são os subsídios documentais para asseverar a existência de um entendimento de mundo realmente diferente do europeu. Era representada em hieroglíficos cujos desenhos e signos evoluíam segundo o período do desenvolvimento dessas civilizações, com representações de objetos materiais (fase pictográfica), de idéias e conceitos (fase ideográfica) e, no caso interrompido da evolução da escrita maya e azteca em particular, de sons (fase fonética). Com a conquista espanhola este processo estancou-se em alguns aspectos, devido à dinâmica colonial de nulificação da cultura indígena americana, incluindo o idioma e as crenças dos europeus. Mas avançou em outros, como a transcrição de línguas indígenas a caracteres latinos, que permitiu salvar parte dessa herança cultural (Diaz, 2007).

O Popol Vuh, segundo George Raynaud (*apud* Diaz, 2007) é a transcrição em palavras escritas em caracteres latinos de um código pintado dos Mayas-quichés, que foi descoberto em 1688 pelo Frei Francisco Ximenez, na região de Chichicastenango, na Guatemala, e foi ele quem realizou a tradução manuscrita do texto quiché ao castelhano. Uma obra, que não foi concebida como literatura, no sentido ocidentalizado, mas sim como uma espécie de representação das palavras dos deuses, marcada sob a mentalidade mito-mágica predominante, que narra acontecimentos ocorridos depois da criação do mundo, e depois da terceira e última tentativa de criação dos homens, os que deram certo, os homens de milho – alimento venerado como a concreção máxima da vida e da existência.

Segundo o arqueólogo Rafael Girard (*apud* Diaz, 2007) o Popol Vuh é uma alegoria sobre o desenvolvimento da sociedade maya-quiché, um documento etnológico e antropológico que relata a condição humana e social que se forjou através dos séculos nesta parcela mesoamericana da América pré-colombiana e permitiu a seus povos alcançar determinado nível de desenvolvimento político-cultural. As etapas do desenvolvimento dos maya-quichés são simbolizadas por certos episódios que

correspondem a um sol, ou uma idade completa, que para Girard são em número de quatro:

1a Idade ou Sol: criação dos animais, e homens que se comportavam como animais;

2a Idade ou Sol: criação dos homens de barro;

3a Idade ou Sol: criação dos homens de madeira;

4a Idade ou Sol: criação dos homens de milho

É nesta metáfora que baseamos a opção por quatro grandes traços da América Central. A metáfora que atravessa o Popol Vuh, análoga às ingerências e explorações imperialistas no istmo contemporaneamente, é a de que a relação bilateral e multidimensional do homem com a natureza perdeu-se na experiência humana e social desde que foi internalizado o olhar da relação conquistador-colonizado: *“cuando no habían venido los hombres religiosos no había codicias ni despojos; con su propio esfuerzo comía el pobre”* (Días, 2007, p. 47). Se o homem ainda é visto como um meio de obter benefícios econômicos e se a natureza ainda é vista como um imenso reservatório que deve ser esgotado é porque a América Latina ainda é vista como um lugar de pilhagem e a sua porção mais suscetível a tal situação é a que está no centro apenas na geografia, é a América Central, negligenciada entre o Norte e o Sul.

Espera-se que o esforço nesse sentido apresentado texto, que ainda deve ser bastante aprofundado e detalhado, em caracterizar grandes traços das principais questões sociopolíticas que o século XXI desafia a América Central, possa constituir-se num insumo útil para a reflexão, discussão e ação política em relação a pertinência de diferentes enfoques sobre o desenvolvimento do istmo, empenhado em estabelecer uma sociedade mais democrática, mais participativa, mais justa e inclusiva.

## **2. APORTES METODOLÓGICOS**

Através do levantamento de artigos de revistas especializadas sobre a América Latina, pesquisamos o que vem sendo produzido sobre o istmo, os passos estão descritos a seguir.

### **Primeira parte do levantamento de dados**

- Revistas cujo foco principal é a América Latina
- Levantamento via banco de dados WebQualis, da Capes
- A área específica de busca selecionada foi Ciência Política e Relações Internacionais
- Foram consultados, dentro dos parâmetros descritos anteriormente, todos os estratos: A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C. Que são as qualificações que a Capes atribui a seus periódicos.
- Como trabalhamos com a ideia de fazer uma análise da América Central contemporânea, escolhemos considerar o período de tempo 1996 a 2013, ou seja, do fim das guerras civis no istmo até as produções mais recentes.

### **Segunda parte do levantamento de dados**

- Filtrar as buscas, considerando as revistas editadas nas Américas
- Nas tabelas, as revistas desconsideradas aparecem com área sombreada em cinza

### **Terceira parte do levantamento de dados**

- Filtrar as buscas para a seleção final, levando em conta a distribuição geográfica.
- Trabalhamos com uma primeira hipótese de que o sistema WebQualis, colocaria dentre as mais bem avaliadas, revistas com base editorial nos Estados Unidos. Para evitar uma observância pouco representativa da produção sobre a América Central e para não ficarmos circunscritos apenas ao estrato mais alto de avaliação (o A1), foram consideradas: 1 revista da América do Sul, 1 revista da América Central, 1 Revista do México e 1 revista dos Estados Unidos. Essa escolha nos garantiria uma melhor distribuição das produções sobre a América Central nas Américas, levando em conta Estados Unidos e México, por concentrarem bastante produção, além da própria América Central e a América do Sul.

- Trabalhamos com uma segunda hipótese de que o sistema WebQualis não reportaria uma publicação da América Central, dados os parâmetros<sup>1</sup> utilizados pela Capes para a inserção de revistas em seu sistema de qualificação. Assim sendo, selecionamos uma, dentre quatro revistas centro-americanas, quais sejam: *Revista Envío* (Nicarágua), *Revista de Estudios Centroamericanos* (El Salvador) e *Anuario de Estudios Centroamericanos* (Costa Rica).

- O critério para a escolha das quatro revistas foi o Qualis mais alto, dentre as regiões. Havendo mais de uma, a quantidade de artigos sobre a América Central será outro critério observado.

## 2.1 Resultados das buscas

### Periódicos Qualis A1: 5

América Latina Hoy	Espanha	
Journal of Latin American Studies	Reino Unido	
Latin American Perspectives	Reino Unido	
Latin American Politics and Society	Estados Unidos	32 artigos
Latin American Research Review	Estados Unidos	6 artigos

### Periódicos Qualis A2: 1

Journal of Latin American Cultural Studies	Estados unidos
--	----------------

### Periódicos Qualis B1: 0

A busca não retornou resultados nesse estrato
---

### Periódicos Qualis B2: 8

Anuario de la Seguridad Regional en América Latina y El Caribe	Colômbia	2 artigos
Contextualizaciones Latinoamericanas	México	10 artigos

<sup>1</sup> O WebQualis promove atualização anual de seu banco de dados de periódicos. De acordo com a Coleta Capes, que recolhe informações e relatórios de atividades de bolsistas e pesquisadores vinculados a programas de pós-graduação no Brasil e financiados pela Capes, é feito o levantamento de novos periódicos, que são submetidos a outros critérios que mediriam a qualidade dos mesmos, enquadrando-os nos estratos que vão do A1 ao C.



Journal of Politics in Latin America	Alemanha	
Latinoamerika – Nachrichten	Alemanha	
Latin America Review of Comparative Politics	Equador	1 artigo
Latinoamerica: Revista de Estudios Latinoamericanos	México	6 artigos
Revista Latino-americana de Opinión Pública	Argentina	0
The Latinamericanist	Reino Unido	

### Periódicos Qualis B3: 7

América Latina em Movimento	Equador
Anuario de la Integración Regional de America Latina y el Gran Caribe	Argentina
Delaware Review of Latin American Studies	Estados Unidos
Dialogos Latinoamericanos	Reino Unido
LASA Forum	Estados Unidos
Nuevamérica	Brasil
The Journal of Latino-Latin American Studies	Estados Unidos

### Periódicos Qualis B4: 2

REBELA: Revista Brasileira de Estudos Latino-americanos	Brasil
Revista Contexto Latinoamericano	México

### Periódicos Qualis B5: 2

Latinskaâ Amerika	Rússia
Texas Papers on Latin America	Estados Unidos

### Periódicos Qualis C: 2

Estudios Migratórios Latinoamericanos	Argentina
RILA: Revista de Integração Latino-americana	Brasil

Total de revistas: 27

Revistas consideradas para a seleção final: 20 revistas editadas nas Américas

## 2.2 As quatro finais

Localização	Publicação	Artigos <sup>2</sup>
Estados Unidos	Latin American Politics and Society	32
México	Contextualizaciones Latinoamericanas	10
América do Sul	Anuario de la Seguridad Regional en América Latina y El Caribe	2
América Central	Revista Envío <sup>3</sup>	297
<b>n</b>		<b>341</b>

## 2.3 Classificando os artigos por tema

Condição de Estados pós-guerra	18,6%
Debilidade das instituições	16,2%
Maras e violência	11,6%
Migração	11%
Justiça de Transição	10%
Integração	7,8%
Neoliberalismo	5,4%
Mega projetos de desenvolvimento	5%
Movimentos sociais	3,0%
Desastres naturais	2,7%
Cooperação	2,7%
EUA	1,8%
Desigualdade	1,8%
Gênero	1,2%
Conflitos fronteiriços	0,6%
Meios de comunicação	0,3%
Identidade centro-americana	0,3%

## 2.4 Análise da metodologia dentro do objetivo proposto

O que se verificou no levantamento das revistas, a partir de um marco temporal determinante da história centro-americana – o fim dos conflitos bélicos, em 1996 – foi a existência de problemas velhos e renovados. Alguns temas se arrastam e se desdobram em tópicos mais pontuais e com repertório próprio de abordagem. Um problema disso seria justamente que, a academia, ao dar ênfase nos temas persistentes, segue repetindo

---

<sup>2</sup> Foram considerados válidos para este levantamento os artigos que correspondiam a uma análise sobre a América Central e se encontravam online no *site* das revistas.

<sup>3</sup> A escolha da Revista Envío, dentre as citadas anteriormente na seção “Terceira parte do levantamento de dados”, deu-se por ter, em seu site, maior número de artigos disponíveis para consulta.

generalizações e deixam escapar temas mais candentes e latentes, resultados das novas configurações sociopolíticas no istmo, especialmente aquelas que têm a ver com a guinada ao centro e à esquerda do espectro político-ideológico da maioria dos países do bloco centro-americano, a partir de 2004.

Concretamente, os quatro resultados com maior ocorrência em nosso levantamento foram: condição de Estados pós-guerra, debilidade das instituições, *maras* e violência e migrações. Entendemos que tais assuntos estão vinculados ao problema de assinalar precisamente o que é o cenário contemporâneo dos desafios centro-americanos. Ou seja, é um quadro formado por novos, velhos e renovados dilemas.

Essa pontuação dos principais dilemas contemporâneos, além de incluir tais velhos problemas, renovados nas vicissitudes dos processos políticos centro-americanos que conformam as razões pelas quais persistem, deve conter ainda as novas questões cuja eleição prioritária é uma tarefa hercúlea. Por exemplo, vulnerabilidade as mudanças climáticas e susceptibilidade a exploração predatória da natureza por parte de grandes empresas certamente são temas de primeira grandeza, mas em complementaridade aos elementos da história social, econômica e geopolítica centro-americana, propostos por Ramírez (2012) sugerimos como categoria mais abrangente, que inclui estas duas, o atual relançamento do processo de integração regional, já que ao ser impulsionada por grupos econômicos nacionais e transnacionais deixa visível uma marca ecológica negativa, típica do corrente estilo de desenvolvimento (hegemônico de corte neoliberal) do qual se tratará adiante. E dado que a região não pode ser compreendida sem fazer-se referência a sua posição de fronteira geopolítica e econômica dos Estados Unidos, destaca-se também a influência das novas relações internacionais no istmo (do tipo sul-sul, como foco numa nova arquitetura de integração de complementaridade entre os países).

Assim, no sentido de situar, mas também de avançar na caracterização da atual Centro-américa, agrupamos esses resultados com maior incidência em dois grupos, dessa forma:

- A migração pode ser apontada como uma das consequências mais evidentes da condição de Estados pós-guerra;
- A debilidade institucional tem como uma de suas expressões mais avassaladoras a facilitação do fortalecimento das estruturas do crime organizado e das *maras/pandillas*, por conta do persistente clima de impunidade e pela corrupção.

E propomos a inclusão de outros dois temas: - As novas relações internacionais de tipo sul-sul; - A renovação do discurso integracionista no istmo.

### **3. CARACTERIZAÇÃO DA AMÉRICA CENTRAL CONTEMPORÂNEA**

#### **3.1 Condição de Estados pós-guerra e migrações internacionais**

Em termos gerais, quando nos referimos à condição de estados pós-guerra, levamos em conta três aspectos que são emblemáticos para entender esse contexto na América Central:

- O pós-guerra como parte da *determinação da identidade dos estados centro-americanos no sistema internacional*. Ou seja, em uma perspectiva geral, a de uma região que foi assolada e sofre até hoje as consequências de guerras civis internas devastadoras, fruto de uma atribulada conformação histórica; em uma perspectiva específica, a da força da influência da Guerra Fria sobre a região;
- *A cooperação internacional tendo um papel tão importante e celebrada no processo de desenvolvimento, de integração e de emancipação do istmo; pois é oriúnda de uma atmosfera de responsabilidade internacional gerada pela identificação das consequências diretas ou indiretas da Guerra Fria em territórios centro-americanos;*
- *A democracia de facto, ou, como Ramírez (2012, p.5) define: “forma degradada, espúria y deslegitimada de organización de la política, la economía y la cultura que se va perfilando a partir de la década de 1990, paradójicamente, luego de la firma de los acuerdos de paz y en un contexto caracterizado por el deterioro de las condiciones de vida en la región”.*

E é precisamente a deterioração das condições de vida na América Central que tem feito surgir, também a partir dos pós-guerra, um novo padrão migratório para a região, constituído de pessoas que entendem que o istmo não lhes dará condições de sobrevivência. Nasce, assim, uma América Central emigrada e engessada por remessas familiares.

A abordagem do fenômeno migratório na América Central deve considerar os seguintes pontos (Cepal, 1999):

- a. Elas são parte de um fenômeno que tem suas raízes nas formações sociais e problemas estruturais dos países do istmo; Ou seja, entendê-las pressupõe entender também o processo histórico de formação dos Estados centro-americanos.
- b. Os deslocamentos tiveram grande incremento com os conflitos sociais e políticos ocorridos na década de 1980 e 1990 em El Salvador e Guatemala e, anteriormente, na Nicarágua, em 1960-1970; Ou seja, fluxos migratórios criados como consequência direta das guerra, período em que se consolida o que hoje se conhece por diáspora centro-americana.
- c. Transnacionalização laboral e globalização da América Central, marcadamente no período pós-guerra. As migrações são feitas, frequentemente, em situação de emergência, o pós-guerra centro-americano é identificado como o período em que se formou um novo fluxo migratório, impulsionado por uma ausência generalizada de políticas nacionais de desenvolvimento. Além disso, o investimento produtivo e a geração de empregos formais são outras áreas carentes que acabam por não reter os nacionais na região.

A finalização dos conflitos armados, especialmente aqueles que chegaram ao fim via assinatura de acordos de paz, casos de El Salvador e Guatemala, supunha a realização de uma série de reformas políticas e econômicas. Em outras palavras, não era necessário garantir apenas um armistício, mas, também, caminhar no sentido de eliminar as causas da guerra. O que ocorreu nesses países, no entanto, foi uma reforma política parcial e uma reforma econômica que acabou por promover um novo modelo de acumulação de capital e exclusão social (Torrez, 2000). A recorrência à ajuda internacional e aos empréstimos financeiros para recuperar a infra-estrutura dos países, levou a região ao endividamento e à dependência externa. Os esforços feitos no sentido de promover o desenvolvimento social não conseguiram ajustar ações para atender às necessidades das populações nacionais. De acordo com a Rocha & Briones (2009, p.17), “*se continúa observando que los niveles de educación, salud, vivienda y capacitación para el trabajo,*

*entre otros, son bajos, y que esos índices son ampliamente extendidos entre la población centroamericana, con la única excepción de Costa Rica”.*

O clima do pós-guerra centro-americano, nos idos da década de 1990, junto com a esperança de emergência econômica facilitaram a entrada do discurso e da prática neoliberal. De acordo com Alvarez (2011), o modelo neoliberal propunha que o bem-estar humano fosse alcançado através da liberalização individual e empresarial, cabendo ao Estado o papel de garantir as estruturas e aparatos institucionais para que isso ocorresse. O Estado tornou-se, portanto, um mero garantidor de circunstâncias que asseguravam a propriedade privada e a criação de mercados, estimulando a acumulação de capital. Nesse, sentido, foram criadas políticas econômicas que levavam em conta a propriedade da terra (em uma estrutura fundiária concentrada), a exportação dos produtos primários de sempre (café, algodão e banana), introduziram as maquilas e investiram no turismo.

Durante toda a década, o que se viu foi o desmantelamento do modelo de industrialização por substituição de importação, surgido no marco do projeto de Mercado Comum Centro-americano, nos anos sessenta. Dentro desse contexto, houve desvalorização das moedas nacionais (El Salvador, por exemplo, dolarizou-se em 2001), redução de subsídios a produtos básicos e desregulamentação da economia. Na tentativa de manejar a dívida externa, foram assumidos novos compromissos: privatização de serviços públicos e estabelecimento de impostos regressivos. Destaca-se também, no período, a promoção do livre comércio, cujo ponto alto foi a negociação do Tratado de Livre Comércio entre América Central e Estados Unidos (Cafta), em 2007, que resultou na assinatura do acordo, em 2007.

No período pós-guerra, o déficit orçamentário em alguns países centro-americanos também foi bastante alimentado pela importação de produtos e pelo aumento do consumo privado impulsionado pelo aumento da entrada de remessas, que, hoje, figuram como uma das grandes alternativas dos governos centro-americanos para paliar a pobreza e obter números positivos macro-economicamente. Argumenta-se, pois, que existem, por parte dos governos, iniciativas para assegurar o fluxo de migrantes fora do país e dinheiro

dentro do país, bem como políticas para facilitar a transferência e investimento das remessas.

De acordo com Santillán y Ulfe (2006), em El Salvador, por exemplo, – maior receptor de remessas da América Central –, existem iniciativas nesse sentido desde 1959, quando o governo aprovou alguns decretos que serviram como marcos regulatórios para facilitar a transferência de remessas. A adoção de medidas neo-liberais para estabilização da economia, levaram à privatização do sistema bancário, o que incluiu a permissão de abertura de casas de câmbio e dolarização da economia, a partir de 2001. Esses mecanismos, longe de surtirem efeito direto no interior do país, estavam dirigidos para a captação de migradólares, o dinheiro que salvadorenhos, nos Estados Unidos, enviam para El Salvador. Dentre as ações externas do governo, está sempre em pauta a negociação de TPS, um dos motivos para o empenho é o medo à deportação massiva, que agravaria os problemas sociais que o país já enfrenta, como o aumento do desemprego. E, além disso, a diminuição do fluxo de dinheiro vindo do exterior. O governo tem, então, um duplo papel, muitas vezes contraditório, porque precisa assegurar a residência de salvadorenhos nos Estados Unidos, mas, também, fomentar os vínculos dessas pessoas para que sigam mantendo laços e enviando remessas a El Salvador.

Santillán e Ulfe (2006, pp.33) afirmam claramente que “*queda claro que pensar en las remesas como estrategia de desarrollo requiere que la migración sea continua*”. E existem evidências que apontam para isso. As autoras afirmam que no atual contexto de uma globalização capitalista que continua distribuindo de maneira não equitativa os recursos no mundo, é pouco provável que os fluxos migratórios se retenham. E mais, o provável é que siga incrementando-se. Ainda que existam políticas que afetem negativamente a imigração, sobretudo após a aprovação do *Patriot Act*, nos Estados Unidos, após o 11 de setembro, o fluxo de centro-americanos indo para aquele país não diminuiu e as remessas, tampouco. Ao contrário, pós 11 de setembro as remessas aumentaram consideravelmente, atingindo seu ápice em 2007.

### **3.2 A debilidade institucional e o fortalecimento das maras/pandillas e do crime organizado**

Carrillo-Flores (2007, p. 188) coloca a segurança cidadã como um bem público cada vez mais escasso na América Latina e, dentre as causas disso, está a fraca capacidade de resposta estatal, um reflexo da debilidade de suas instituições. Esta, por sua vez, pode ser vista nos sucessivos casos de corrupção e infiltração do crime organizado em órgãos judiciais e policiais na América Latina como um todo e na América Central, em específico.

Desde o fim do período de guerras, o Triângulo Norte Centro-americano – conformado por El Salvador, Guatemala e Honduras – tem experienciado uma nova onda de violências, cujo incremento está atrelado a um conjunto de práticas que indicam a incapacidade destes Estados em responder à altura as investidas das maras/pandillas e também do crime organizado transnacional.

Nos países que passaram por um processo de transformação de conflitos via assinatura de acordos de paz, caso de Guatemala e El Salvador, as reformas dos órgãos judiciais e dos corpos de segurança do Estado tiveram um papel importante para a etapa imediatamente posterior ao fim das guerras. Mas, não obstante os progressos alcançados, não foram resolvidos problemas como o nepotismo, a corrupção e a politização, herdados do período autoritário anterior. Dizem De la Torre & Alvarez (2011):

*A ello habría que añadir la capacidad de presión sobre el aparato de justicia criminal que aún tienen las redes de poder vinculadas a las élites económicas y militares en los tres países. Como resultado, la ineficacia en la persecución de los delitos y la impunidad aún caracterizan el funcionamiento del Estado de derecho en la región. El auge de la violencia y el crimen, así como la incapacidad de los Estados para ofrecer respuestas eficaces, han generado desconfianza en las instituciones y en las personas y, consecuentemente, una ansiedad ciudadana ante la falta de seguridad.*

Hoje, já se admite que a América Central vive uma nova crise de segurança regional, contemporaneamente marcada pela ação de cartéis de droga e narcotráfico, além do problema perigoso e tipicamente centro-americano das *maras/pandillas*, que sobrevivem e se fortalecem justamente nas brechas dessa parca força do Estado em responder às demandas por mais segurança.

Em termos históricos, a criação das *pandillas* centro-americanas remontam à meados da década de 1940, nos Estados Unidos, sendo a *Barrio 18* o primeiro agrupamento a ser



identificado como típica e essencialmente centro-americano. A *Mara Salvatrucha 13* (MS-13) apareceu por volta de 1970, formada principalmente por adolescentes recém chegados de El Salvador, muitos deles fugindo dos incipientes conflitos políticos que, em 1980, desatariam uma guerra civil no país. Ambos os agrupamentos funcionavam, em seu início, como aparelhos de proteção para os centro-americanos que chegavam a viver nas áreas pobres de Los Angeles e tinham que conviver, lado a lado, com integrantes de outras gangues, sobretudo as mexicanas, que não escondiam seu desprezo em relação aos centro-americanos. Aos poucos, por sobrevivência, iniciaram os crimes. A assinatura dos acordos de paz coincidiu com políticas estadunidenses de deportação em massa de prisioneiros centro-americanos. Um percentual significativo de homens e mulheres que haviam sido criados e curtidos nas ruas e gangues estadunidenses foram mandados de volta a seus países de origem e acabaram agindo como pontos focais das gangues americanas e recriaram toda a estrutura delitiva em países destruídos por uma guerra, com instituições sucateadas e um sistema de justiça onde a corrupção garantia a impunidade. Terreno fértil, pois, para que o crime se alastrasse em todo o istmo.

A década de 1990 foi a década em que a América Central voltava a ser conhecida por sua violência, colocando o Triângulo Norte como a região sem guerras mais violenta do mundo. A reação imediata centro-americana à nova onda de violência foi a implementação de uma série de medidas conhecidas como “*mano dura*”, cujo objetivo era reduzir o medo da população. Estavam baseadas na forte repressão, militarização da segurança pública e campanhas de batidas policiais. Com isso, esses Estados centro-americanos entendiam o crime como falta de controle social e, por isso empenharam-se em aplicar uma justiça punitiva para amenizar a percepção da insegurança de seus nacionais, e não um problema relacionado a um contexto generalizado de privações ou com falhas na garantia do estado de direito. O resultado das políticas *mano dura* foi o aumento exponencial da população carcerária da América Central, fato que não resolveu o problema da insegurança (De la Torre & Alvarez, 2011).

O Unodc (2007) informa a existência de aproximadamente 70 mil *pandilleros* atuando na América Central. No entanto, o quantitativo aumenta a números que chegam a 200 mil, se se consideram os *pandilleros* atuantes nos Estados Unidos e que garantem o sustento das estruturas *pandirrelís* no istmo centro-americano. Paralelamente a isso, a proliferação das redes de narcotráfico e a ação de cartéis de drogas mexicanos, em conjunto com as

*pandillas*, também figuram como um conflito em pleno desenvolvimento, que contam já com infiltrações em instituições policiais (caso de Honduras) e judiciais (caso da Guatemala).

### **3.3 A renovação do discurso integracionista**

Os países centro-americanos têm uma longa história em comum, legada dos tempos coloniais, e por consequência uma constante tradição de trabalho conjunto ou em bloco. A definição histórica-política da América Central foi formulada na Cúpula de chefes de Estado Tuxtla Gutiérrez II, em 1996, quando se cunhou o termo *Centroamérica histórica* com referência a cinco países: Guatemala, Honduras, El Salvador, Nicarágua e Costa Rica – uma definição metodológica que se manifestou como um fato político.

Em 1821 as cinco províncias da *Capitania General de Guatemala* proclamaram independência da Espanha para, três anos depois, logo de haverem se unido brevemente ao Império Mexicano, constituírem-se como a *República Federal de Centroamérica*, que se desintegrou em 1840. Permanece, contudo, um sentido de solidariedade e cooperação intrarregional.

Na década de 1990 as sociedades centro-americanas encerraram um violento período da sua história iniciado nos anos 1960. As guerras civis afetaram direta ou indiretamente todos os países do istmo. Com o fim da hostilidade bélica prevaleceu o otimismo e havia sinais de que se poderia gerar um novo desenvolvimento político e econômico na região.

Segundo Galdámez (Sem data) embora os processos integracionistas na América Central possam ser relacionados com vários antecedentes, foi apenas em 1951 que se deu o primeiro passo objetivo para a integração, com a criação do Comitê de Cooperação Econômica do Istmo Centro-americano, com auspícios da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal). No mesmo ano, os estudos e os avanços institucionais desse comitê resultaram na criação da *Organización de Estados Centroamericanos* (ODECA).

Esses desenhos institucionais centro-americanos dão-se no mesmo ano em que é criada a Comunidade Europeia de Carvão e Aço (CECA), principal gênese institucional da futura União Europeia. Os alinhamentos no istmo surgem como resultado do convencimento de

que a integração econômica, na esteira da experiência europeia, poderia ser o instrumento para obter o desenvolvimento, superando, com isso, a estagnação de suas economias. Foi assim que a integração econômica regional adquiriu status de objetivo básico no processo de desenvolvimento dos países centro-americanos. Os avanços obtidos nos primeiros dez anos desse processo levaram ao seu aprofundamento, através do *Tratado General de Integración Económica Centroamericana*, de 1961, e assentou as bases para a criação do Mercado Comum Centro-americano (MCC).

No entanto, no fim dos anos 1960, coincidindo com o início das hostilidades bélicas, esse processo mostrou sintomas de esgotamento. Diante disso, Del Pozo (*apud* NÁJERA, 2011, p. 9) comenta que “*las instituciones sobrevivieron a los setenta, a los ochenta y a los noventa; y lógicamente salieron afectadas de un período tan turbulento*”. E segundo Zamora (2003) “*desde la perspectiva de proceso la integración estaba muerta*”.

Mas a partir do final dos anos 1980 os conflitos armados começaram a solucionar-se e surgiram regimes políticos de representação democrática

En la región se generalizaron gobiernos conducidos o apoyados por empresarios que, dejando atrás los regímenes militares, planteaban nuevos esquemas de desarrollo. El proceso de integración vivió no solo una resurrección orgánica, cristalizada en la reforma a su institucionalidad, sino también un nuevo impulso, expresado en muchos planes integracionistas (Zamora, 2003, p. 5).

Atualmente o projeto de cooperação e solidariedade intrarregional se dá através do Sistema da Integração Centro-Americana (SICA) e suas agências especializadas, com o objetivo geral de criar uma união centro-americana em termos econômicos, políticos, sociais e culturais. Seus membros plenos são Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá. A República Dominicana é considerada como Estado associado, os observadores regionais são Brasil, México, Chile e os extrarregionais são Espanha, China, Alemanha

Criado em 1991, pelo Protocolo de Tegucigalpa, o SICA é o principal referente em negociações e pactos internacionais como nas negociações SICA-União Europeia e o seu surgimento está relacionado também a tentativa de impulsionar a democracia e também lidar com os novos problemas de segurança do istmo.

Nesse aspecto em particular, recentemente surgiram novos fatores nesse panorama. Na história do processo integracionista os atores externos tiveram uma atitude que variou entre o ceticismo e a cooperação. Hoje, como consequência do processo de globalização, esses atores impulsionam e inclusive exigem a integração como condição necessária para desenvolver suas relações com a região, tais quais os Estados Unidos e a União Europeia. O processo de integração centro-americana a partir dos anos 2000 teve como fonte para realizar-se os menos desenvolvimentos internos da região e mais os empurrões externos.

Em 2010, uma declaração conjunta do SICA elencou uma série de temas prioritários para a integração regional, dentre as quais a ênfase recai sobre o tema segurança. Os centro-americanos reconhecem a falta de recursos para atacar a insegurança regional bem como a dependência da cooperação internacional para tratar o tema. Há entre essas nações um sentido de urgência e de responsabilidade no processo de implementação de uma estratégia de segurança regional, manifesta através da busca de uma política de resultados, e isso se tornou visível a partir da *Conferencia Internacional de Apoyo a la Estrategia de Seguridad de Centroamérica*, realizada na Guatemala, em 2011. O evento foi um novo marco no processo integracionista do istmo. Todos os sete presidentes da região, assim como países-chave como México, Colômbia, Estados Unidos, diversos países europeus e representantes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Banco Mundial entraram em acordo sobre a proposta *Estrategia de Seguridad de Centromérica* (ESCA).

A Segurança converte-se no tema que serve como pedra angular da revigoração do processo integracionista centro-americano, tendo em vista todo o esforço regional em marcha. E, nesse sentido, a agenda pragmática no istmo faz-se evidente: sem recursos advindos da cooperação internacional não será possível avançar na cooperação regional empenhada em buscar alternativas para solucionar o crime e o narcotráfico que afetam a região. Os atuais alinhamentos dos Estados para tratar desse tema conformam o marco de um possível avanço e aprofundamento de todo o processo integracionista centro-americano em diversas áreas. O desafio estritamente político está, além disso, em identificar e evitar que – por conta de um alardeado pragmatismo oriundo e supostamente justificado pelo desespero em aliviar seu flagelo – as razões e motivações dos principais atores internacionais envolvidos nesse processo de cooperação acabem por afetar a independência e soberania de sua institucionalidade democrática e reproduzam ou

impulsionem novos ciclos de dependência na região, bem como tornar os estados centro-americanos cada vez mais militarizados e policialescos.

Todo esse processo institucional, para Ramírez (2012, p. 5) está na verdade circunscrito na *“integración económica al imperialismo”*, a integração real, que foi impulsionada pelos grupos econômicos nacionais e transnacionais nos últimos 15 anos e foi o fator mais dinâmico do processo integracionista. Segundo Pellanda & Fuente (*apud* Ramírez, 2012, p.5), as novas formas de acumulação das quais participam as elites centro-americanas *“gracias a las facilidades otorgadas en cada uno de los países a la inversión extranjera, así como a la ampliación de los espacios de acumulación derivada de la privatización y concesión de servicios públicos básicos”* criam condições favoráveis para os negócios através da abertura das economias sob o impacto, negativo para a maioria da população, do neoliberalismo persistente na América Central.

Isso constituiu um *maldesarrollo* centro-americano, marcado pelas conseqüências que também sente o meio-ambiente da região. *“Hoy América Central aparece surcada por numerosos proyectos transnacionales de explotación de recursos naturales, especialmente de minería a cielo abierto, que pretenden encontrar aquí su nuevo tesoro de El Dorado”* (Ramírez, 2012, p. 13). Várias empresas estrangeiras, especialmente de capital canadense, italiano e britânico instalaram-se na região. Apenas na Guatemala, havia 259 licenças de exploração de minerais e metais, representando um enorme custo ambiental com a deterioração de mantos aquíferos, contaminação de rios e privatização de recursos hídricos que é decorrente do modelo de desenvolvimento vigente.

### **3.4 As relações internacionais sul-sul**

Marcada como o diferencial geopolítico possível para a região, as relações do tipo sul-sul conformam a novidade nas relações internacionais do istmo centro-americano. Pese sua característica de agrupar exatamente as pontas periféricas do sistema internacional, elas figuram como importante mecanismo transformador, como potencial de estratégia frutífera de um novo tipo de desenvolvimento para a América Central.

A influência da Alba nos países da região, as relações ainda em construção com a China e o crescente aprofundamento das relações brasileiras com o istmo são mostras desse novo cenário, ainda em formação, mas em expansão.

Em linhas gerais, é possível dizer que o histórico relacionamento desigual entre os Estados Unidos e a América Central produziu um nível de atrelamento que excede a esfera política, adentra na esfera econômica e gera, ainda, uma visceral dependência sociocultural. Mesmo reconhecendo a alta relevância das relações econômicas, políticas e estratégicas com o *hegemon*, os governos dos países do bloco centro-americano que se estabeleceram a partir de 2004 procuram e exercem um maior grau de autonomia, autodeterminação e soberania nas suas relações com os Estados Unidos e com outros países do chamado Sul Global (Ávila, 2010).

Na primeira década do século XXI a região vivenciou acontecimentos eleitorais peculiares, com consequência nas suas relações internacionais. As antigas frentes guerrilheiras de liberação nacional, convertidas em partidos políticos pós-acordos de paz, chegaram ao poder por meio de eleições livres e legítimas em geral, estes governos estabeleceram a necessidade de enfrentar os enormes desafios domésticos simultaneamente a possibilidade de redirecionar a política externa e a própria inserção internacional dos seus países. Nicarágua (2007), El Salvador (2009); um governo que pode ser dito de centro na Guatemala (2008); e, em Honduras, um presidente liberal – Manuel Zelaya- chegou ao poder (2006) e buscou estabelecer pontes com o bloco dos países da ALBA. O golpe de Estado nessa mesma Honduras em 2009 permitiu uma reagrupação de forças exógenas voltadas à sujeição hegemônica e viu-se resultados eleitorais na porção do Pacífico do istmo Panamá (2009), Costa Rica (2010) e Guatemala (2011) com governos identificados e comprometidos com o estreitamento de relações com a política exterior estadunidense.

Ainda assim, numa época de crise global, muitos governos latino-americanos, incluindo os centro-americanos, defendem as propostas de um mundo multipolar – um tema que ainda é incerto nas relações internacionais e na geopolítica global do século XXI. Destacamos brevemente, nesse cenário, a significativa entrada da Guatemala e de Honduras, em 2013, na iniciativa Petrocaribe, além de Nicarágua que integra a ALBA

desde 2007, e de El Salvador, e particularmente a recente e poderosa relação com a China.

A ascensão internacional da República Popular da China (RPC) já representa uma mudança das relações comerciais, e também diplomáticas, entre a América Central e ambos os lados do Estreito de Taiwan.

A China hoje também usa mecanismos econômicos para influenciar a estrutura das relações diplomáticas do Istmo. Costa Rica foi a primeira, em 2007, a romper as históricas relações com Taipei em favor da China, na expectativa de que os benefícios obtidos pelo fluxo comercial com a RPC, impulsionados por um TLC estabelecido entre as partes, superem a assistência em cooperação técnica e econômica que tradicionalmente recebia de Taiwan.

A ONU não reconhece a Taiwan, e apenas 23 Estados do mundo possuem relação diplomática com a Ilha, seis deles são os da América Central. Para evitar um efeito dominó na política exterior de seus aliados centro-americanos, Taiwan trata de desenvolver também laços comerciais mais profundos, em que se destaca o TLC assinado com El Salvador e Honduras também em 2007.

Mas ciente que a força e o tamanho do seu mercado são cada vez mais atraentes para os países centro-americanos, a China usa dessa posição para reconfigurar a relação trilateral América Central-China-Taiwan. Daí é plausível considerar que a influência de Taiwan no Istmo será ofuscada pela da RPC, embora os centro-americanos não veem objeção em manter vínculo diplomático com Taiwan e levar a cabo atividades comerciais cada vez maiores com a China. A restrição aqui é chinesa, já que, sua afirmação de “apenas uma China”, significa que tratados de livre comércio só podem ser assinados pelos centro-americanos com quem possuem vínculos diplomáticos, isto é, Taiwan. E esses tratados com a China, não obstante, aparecem como de interesse da América Central.

Do ponto de vista estritamente comercial há janelas de oportunidade tais como o café, outros alimentos e o turismo, mas o mercado centro-americano é muito pequeno, assim como sua oferta exportadora. A China poderá atrair-se pelos recursos naturais e minerais da região que tem se expressado através das intenções de investimentos diretos, em que se vêem empresas chinesas envolvidas em projetos de infra-estrutura e transporte em países centro-americanos, principalmente o megaprojeto de construção do canal

interoceânico da Nicarágua. São novos campos que se abrem sem revelar um futuro claro particularmente em matéria ambiental, o que poderia comprometer seriamente o ordenamento jurídico de países do istmo através dessas concessões empresariais.

O governo taiwanês reconhece essas demonstrações de força da economia chinesa, e, portanto, não se opõe a que seus aliados centro-americanos façam negócios com a China, sob o risco de ter as relações diplomáticas com esses encerradas com brevidade. Ainda que a probabilidade de aliança com a China, no atual tecido da economia global seja grande, a paciência oriental para o manejo do delicado contexto diplomático sino-centro-americano será determinante na configuração mais ou menos célere de uma relação trilateral para uma bilateral que afetará profundamente o istmo.

#### **4. Considerações finais**

Um dos grandes desafios deste artigo foi evidenciar como, academicamente, a América Central tem ocupado um espaço marginal. O levantamento de dados sobre a produção de artigos, nas Américas, que tratem de temas centro-americanos, mostra como a América Central ainda está ausente nos grandes debates. No que concerne aos temas tratados, também verificamos uma tendência a ainda ligar o istmo aos eventos ocorridos no período das guerras civis. O baixo interesse na região faz a academia ainda construir análises que enquadram o istmo no findado contexto bipolar, contribuindo para a reafirmação de um conhecimento, por vezes, já ultrapassado.

Situar a América Central dentro de um contexto contemporâneo-periférico não passa, no entanto, por negar a conjuntura gerada pelo pós-guerra na região. Mas é necessário ir além, no sentido de entender o emaranhado de situações decorrentes deste evento. Neste exercício de caracterização, nossa tentativa foca em avançar na compreensão e reflexão sobre a América Central contemporânea, e para isso identificamos quatro grandes traços característicos do atual contexto centro-americano, quais sejam: a condição de Estados pós-guerra e as migrações internacionais, a debilidade institucional e o fortalecimento das *maras/pandillas* e do crime organizado, a renovação do discurso integracionista e as relações internacionais sul-sul.



Outro ponto importante a ser destacado é que, recorrentemente, a literatura acadêmica sobre a América Central está pautada em problemas e em apontar a (interpretada como) falta de vontade política de seus governantes em empreender políticas que resolvam problemas e brindem às populações condições de desenvolvimento humano e social. Entendemos que a evidenciação das mazelas é necessária, mas é preciso também apontar as soluções que se tem implementado no sentido de superar uma atmosfera permeada de caos, comum em períodos de guerra e que se tornou comum também em tempos de paz. Por isso, avaliamos como importante a inclusão das mais recentes iniciativas de renovação da histórica integração centro-americana – que tem sido exercitada no intuito de, mais uma vez, mobilizar forças para a resolução do problema da (in)segurança regional. Por isso, avaliamos como importante a inclusão das tentativas de diversificação das relações internacionais do istmo, sempre tão atreladas aos Estados Unidos e, agora, ensaiando um movimento de aproximação a países pertencentes ao Sul global, em que a China tem se tornado, paulatinamente, grande parceiro e investidor internacional; de igual maneira que a Venezuela tem, via ALBA e Petrocaribe, dado impulsos importantes para alguns projetos de superação da pobreza em países como Guatemala, Honduras, Nicarágua e El Salvador.

## 5. Referências bibliográficas

ÁVILA, Carlos Federico Dominguez. A América Central e sua inserção internacional: um balanço das suas relações hemisféricas e globais (2001-2010). **Revista de Economia e Relações Internacionais**, vol 9, n.17, julho 2010. Disponível em [http://www.fAAP.br/faculdades/economia/ciencias\\_economicas/pdf/revista\\_economia\\_17.pdf](http://www.fAAP.br/faculdades/economia/ciencias_economicas/pdf/revista_economia_17.pdf). Último acesso em 19 agosto 2013.

CARRILLO-FLÓRES, Fernando. Seguridad ciudadana en América Latina: un bien público cada vez más escaso. **Pensamiento iberoamericano**, nº 0, 2007, p. 181-198.  
CEPAL. **Migración y desarrollo en América del Norte y Centroamérica**: una visión sintética. Migración Internacional: Série Población y Desarrollo, nº 1. Santiago de Chile, 1999.

DE LA TORRE, Verónica & ALVAREZ, Alberto Martín. Violencia, Estado de derecho y políticas punitivas en América Central. *Performance Latinoamericana*, vol.19, n.37, 2011, pp. 33-50.

DÍAS, Rafael Rodríguez. Popol vuh: las antiguas historias Del Quiche. Editoriales UCA: San Salvador, 2007.

GALDAMEZ, Luiz Ferando Castañeda. **Proceso de integración económica regional: el mercado común centroamericano**. Instituto de Investigaciones Jurídicas: UNAM, sem data.

NÁJERA, Pablo Urritía. **La integración económica centroamericana y sus principales componentes**. Guatemala: ASIES, 2011. Disponible em [www.eclac.org/publicaciones/xml/9/.../L954.pdf](http://www.eclac.org/publicaciones/xml/9/.../L954.pdf). Último acesso em 30 maio 2013.

NERUDA, Pablo. **Canto general**. Editorial Seix Barral: Buenos Aires, 2002.

RAMÍREZ, Andrés Mora. América Central: la tenaza que se cierra. **Anais da III Jornadas Internacionales de Problemas Latinoamericanos [impreso]**. Universidad de Cuyo, Mendoza, Nov. 2012.

ROCHA, José Luis & BRIONES, Heydi José González. **Migración internacional en Centroamérica: mapeo regional de flujos, legislación, políticas públicas, organismos, organizaciones e investigaciones**. Relatório para Universidad Centroamericana e Servicio Jesuita para Migrantes de Centroamérica. Manágua, 2009. Disponible em [http://imumi.org/attachments/migracion\\_internacional\\_centro\\_am.pdf](http://imumi.org/attachments/migracion_internacional_centro_am.pdf). Último acesso em 19 agosto 2013.

SANTILLÁN, Diana & ULFE, María Eugenia. **Destinatarios y usos de remesas: una oportunidad para las mujeres salvadoreñas?** Série Mujer y Desarrollo CEPAL, n° 78. Santiago de Chile, 2006.

TORREZ, Federico. **Uso productivo de las remesas familiares y comunitarias en centroamérica**. Documentos Naciones Unidas – CEPAL. México, 2000.

UNODC (2007). **Making the world safer from crime, drugs and terrorism**. Relatório Anual. Disponible em [http://www.unodc.org/documents/about-unodc/AR06\\_fullreport.pdf](http://www.unodc.org/documents/about-unodc/AR06_fullreport.pdf). último acesso em 15 agosto 2013.

ZAMORA, Rubén. La nueva integración centroamericana: muerta la integración, viva la integración. Coleção Prospectiva, n. 3. **Centro Interamericano para el Desarrollo**

**Humano,** San José, 2003. Disponível em <http://www.cidh.ac.cr/doc/oK03Integracion%20Centr.pdf>. Último acesso em 30 maio 2013.